

O TEATRO COMO RESISTÊNCIA NO ESPAÇO ESCOLAR: PARA ALÉM DA MEDICALIZAÇÃO DA VIDA

Daiane Cristina Carneiro ¹

Juslaine de Fátima Abreu Nogueira ²

RESUMO

Este artigo, no primeiro momento, analisa criticamente o cenário escolar contemporâneo no que diz respeito ao processo de medicalização da vida e da educação, uma vez que os estudantes vêm sendo classificados em categorias psiquiátricas designadoras de transtornos mentais. Em face disto, num segundo momento, analisa uma experiência de prática teatral no espaço escolar, advinda de uma vivência no Estágio Curricular no Curso de Licenciatura em Teatro da UNESPAR em 2014, fundamentada em Augusto Boal, objetivando pensar uma escola que se constitua a partir de relações educativas que respeitem as singularidades e, assim, construam formas de resistências possíveis às intervenções medicalizantes.

PALAVRAS-CHAVE: Teatro. Escola. Resistência. Medicalização. Singularidade.

RESUMEN

Este artículo, en el primer momento, analiza críticamente el escenario escolar contemporáneo en lo que concierne al proceso de medicalización de la vida y de la educación, una vez que los estudiantes vienen siendo clasificados en categorías psiquiátricas designadas de trastornos mentales. Con esto, en un segundo momento, analiza una experiencia de práctica teatral en el espacio escolar, advenida de una vivencia en el Estagio Curricular en el Curso de Licenciatura en Teatro de la UNESPAR en 2014, fundamentada en Augusto Boal, objetivando pensar una escuela que se constituya a partir de relaciones educativas que respecten las singularidades y, así, construyan formas de resistencias posibles a las intervenciones medicalizantes.

PALAVRAS CLAVE: Teatro. Escuela. Resistencia, Medicalización. Singularidad.

1 Graduanda em Licenciatura em Teatro pela Universidade Estadual do Paraná – Campus II – FAP. Técnica em Segurança do Trabalho pelo SENAI – PR daianecarneiro@gmail.com

2 Orientadora deste artigo. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná - UFPR (2015), mestre em Letras pela Universidade Estadual de Maringá - UEM (2004), especialista em Literatura e Ensino (2001) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste e graduada em Letras Português-Inglês (1999) também pela Unioeste. Atualmente é professora adjunta e Coordenadora do Curso de Bacharelado em Cinema e Vídeo na Unespar - Campus Curitiba II/FAP letrajus@yahoo.com.br

ESCOLA CONTEMPORÂNEA: LUGAR DE PRODUÇÃO DE SUJEITOS MEDICALIZADOS

Estamos vivendo em um tempo contra o tempo. Em tempos de capitalismo avançado, está posto um estilo de vida que faz com que muitas pessoas vão em busca de serem sujeitos saudáveis, competitivos, ágeis e consumidores em potencial. Mais do que nunca, os discursos e as práticas de padronização dos corpos nos transpassam e nos constituem como sujeitos nesta nossa era tardo-moderna³. Certamente, os discursos normalizadores e do individualismo constituídos ao longo da Modernidade continuam presentes em nossa contemporaneidade, mas, tais discursivizações modernas, agora, espalham-se em nossa modernidade tardia, sustentando, nos sistemas pós-industriais, o “circuito informação-estetização-erotização-personalização” (SANTOS, 2001). Assim,

O consumo e atuação no cotidiano são os únicos horizontes oferecidos pelo sistema. Nesse contexto, surge o neo-individualismo pós-moderno, no qual o sujeito vive sem projetos, sem ideais, a não ser cultivar sua auto-imagem e buscar a satisfação aqui e agora. Narcisista e vazio, desvolto e apático, ele está no centro da crise de valores pós-moderna (SANTOS, 2001, p.30).

Nesta atmosfera, somos subjetivados a nos encaixar em padrões, hoje fundamentalmente determinados pela mídia, de como devemos nos comportar, pensar, falar, agir, enfim, ser ou, melhor dizendo, como devemos parecer ser. Somos instigados

3 Através da expressão tardo-moderna, esta pesquisa alia-se a compreensões de que a contemporaneidade não rompe com os paradigmas de velocidade, industrialização, saturação de informações, ênfase no individualismo e instauração de processos normalizadores dos corpos amparados pelo discurso científico que constituíram a modernidade, senão, pelo contrário, os amplia. Assim, alia-se a compreensões similares feitas, por exemplo, por Jean-François Lyotard (2000), em “A condição pós-moderna” e às reflexões de Zygmunt Bauman (2001) em “Modernidade Líquida”. Todavia, nos limites deste artigo, não se entrará no mérito da pós-modernidade como uma perspectiva teórica também ligada à Filosofia e às Ciências Sociais, representada pelos autores já citados, cujo pensamento intercambia-se ao pós-estruturalismo no sentido tanto do questionamento das metanarrativas Modernas e do Sujeito da Consciência/da Razão, quanto da desconstrução dos binarismos que habitam a tradição filosófica ocidental.

pertencer à “nata da normalidade⁴”, o que hoje significa pertencer, sobretudo, à sociedade do consumo, do sujeito flexível, resiliente e adaptado aos valores da superação individual. A preocupação se dá em função de estarmos inseridos em uma sociedade, padronizada na normalidade que nos atinge desde a infância. Neste contexto, os processos de padronização precisam atingir os corpos dos mais jovens, potencialmente nesta grande instituição educativa chamada escola. Ao entrar no espaço escolar, os estudantes que não se encaixam num dado padrão de comportamento têm, atualmente, suas vidas encaminhadas ao poder médico. Na escola contemporânea, temos presenciado uma tendência forte de patologização dos corpos via discurso da psiquiatria de vertente biologicista e matriz norte-americana, que resultam, na Educação, na apropriação de rotulações vindas das classificações dos chamados transtornos mentais descritos no DSM⁵ (NOGUEIRA, 2015). Estes acontecimentos estão ligados a este fenômeno denominado de medicalização da vida. Assim, segundo o Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade,

4 A noção de normalidade e normalização trazidas a este artigo estão amparadas no pensamento de Michel Foucault, cujos estudos perseguem o problema da constituição do **sujeito** em face dos exercícios de **poder** e operação de jogos de **verdade**. Assim, para Foucault, “o poder, na sua forma moderna, se exerce cada vez mais em um domínio que não é o da lei, e sim o da norma [...]. Foucault distingue duas modalidades fundamentais de exercício do poder nas sociedades ocidentais e modernas: a *disciplina* e a *biopolítica*, ou seja, o poder que tem por objetivo os indivíduos e o poder que se exerce sobre as populações. Disciplina e biopolítica são dois eixos que conformam o biopoder, [que é] o verdadeiro objeto do poder moderno, isto é, a vida biologicamente considerada. O conceito de normalização refere-se a esse processo de regulação da vida dos indivíduos e das populações. Nesse sentido, nossas sociedades são sociedades de normalização (CASTRO, 2009, p. 309, grifos nossos). Ainda, Segundo Judith Revel (2011), esta forma de exercício de poder que é o biopoder, surgido potencialmente entre os séculos XVI e XVIII, dá lugar a um modo de governo da vida nas sociedades modernas pautado num “modelo médico, no sentido amplo, e observa-se o nascimento de uma verdadeira ‘medicina social’ que se ocupa de campos de intervenção que vão muito além do doente e da doença”. A instalação de um aparelho de medicalização coletiva, que gerencia as ‘populações’ por meio da instituição de mecanismos de administração médica, de controle da saúde, da demografia, da higiene ou da alimentação, permite aplicar ao conjunto da sociedade uma distinção permanente entre o normal e o patológico e impor um sistema de normatização dos comportamentos e dos modos de vida [...] (REVEL, 2011, p. 109).

5 “No mês de maio de 2013, saiu a quinta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, o DSM (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*). Trata-se de uma publicação da Associação Americana de Psiquiatria (APA) que orienta, de modo quase onipresente (nos consultórios neurológicos e psiquiátricos de quase todo o mundo e com grande voz de autoridade e verdade), os diagnósticos e as classificações das nossas intempéries psíquicas: os desajustes, os desassossegos, os noturnos de toda a gente de nossa época. Desde a publicação de seu primeiro volume, em 1952, o DSM, a cada edição revisada, só tem feito engordar: engorda suas páginas, engorda as classificações das doenças mentais, engorda os índices de transtornados. O DSM engorda, também, os lucros da indústria farmacêutica. Mas o que se defende, nesta tese, é que aquilo que tem engordado, de fato, é o ímpeto de normalização que tem alimentado a Modernidade” (NOGUEIRA, 2015, p. 97-98).

[...] entende-se por medicalização o processo que transforma, artificialmente, questões não médicas em problemas médicos. Problemas de diferentes ordens são apresentados como doenças, 'transtornos', 'distúrbios' que escamoteiam as grandes questões políticas, sociais, culturais, afetivas que afligem a vida das pessoas. Questões coletivas são tomadas como individuais; problemas sociais e políticos são tornados biológicos. Nesse processo, [...], uma vez classificadas como 'doentes', as pessoas tornam-se 'pacientes' e conseqüentemente 'consumidoras' de tratamentos, terapias e medicamentos, que transformam o seu próprio corpo no alvo dos problemas que, na lógica medicalizante, deverão ser sanados individualmente. [...] As pessoas é que têm 'problemas', são 'disfuncionais', 'não se adaptam', são 'doentes' e são, até mesmo, judicializadas (2010, p.1).

Na escola, os estudantes querem ser ouvidos em suas singularidades, mas, como a escola tem sido uma instituição a serviço da padronização, este sufocamento da vida em toda a sua multiplicidade e diferença é, na maioria das vezes, demonstrado pelos estudantes através da insubordinação, agressão ou até mesmo apatia. Percebemos que muitos estudantes têm rejeitado ficar em seu lugar de copiadores. Por isso, muitas vezes, têm sido atualmente rotulados como "transtornados", "diferentes" e encaminhados para fora da escola para o acompanhamento médico, sendo até mesmo medicados. Conforme nos apontam Maria Aparecida Moysés e Cecília Collares (2013), "vivemos a era dos transtornos", ou seja, vivemos

[...] uma época em que as pessoas são despossuídas de si mesmas e capturadas-submetidas na teia de diagnósticos-rótulos-etiquetas, antigos e novos, cosmeticamente rejuvenescidos ou reinventados. Menino maluquinho não existe mais, está rotulado e recebendo psicotrópicos para TDAH; Mafalda está tratada e seu Transtorno Opositor Desafiante (TOD) foi silenciado; Xaveco não vive mais nas nuvens, aterrissou desde que seu Déficit de Atenção foi identificado. Emília, tão verborrágica e impulsiva, está calada e quimicamente contida; Cebolinha está em treinamento na mesma cabine e nas mesmas tarefas usadas para rotulá-lo como portador de Distúrbio de Processamento Auditivo Central (DPAC) e assim está em tratamento profilático da dislexia que terá com certeza quando ingressar na escola; [...], pois quanto mais transtornos melhor. (MOYSÉS; COLLARES, 2013, p.44).

Uso esta citação de certa maneira irônica, para que percebamos que estes e outros diagnósticos de transtornos têm pesado sobre estudantes tidos como inquietos e agitados, que gritam, xingam, que são descritos como mal comportados, inclusive, para aqueles que são introspectivos, que ficam em seu silêncio absoluto. A justificativa é de que seus comportamentos estão prejudicando a aprendizagem deles e/ou de seus colegas, tornando-os incomodativos à escola e, por isso, são encaminhados para serem laudados

e inclusive, medicados com psicofármacos. Em suma, o discurso medicalizante assumido pela escola contemporânea sempre localiza o problema no indivíduo-estudante, partindo de uma premissa de uma defasagem neuro-psi-biológica sem o devido questionamento para averiguação, se de fato há algum problema na relação entre os estudantes e os docentes, entre os colegas e/ou na família.

Ressalte-se, ainda, que parte da responsabilidade deste processo de medicalização da vida na infância fica a critério dos professores, uma vez que têm sido estes os agentes que têm realizado os “primeiros diagnósticos”. Através do olhar do professor é que têm sido estruturadas políticas públicas de medicalização das crianças e jovens. Há uma estrutura de governo para que os estudantes sejam encaminhados ao diagnóstico médico, que tem legalizado e legitimado este processo, materializado na forma de leis, cursos com ênfase medicalizante para professores, políticas públicas para reconhecer estes sujeitos transtornados. Em outras palavras,

Legalizados e legitimados, estão nascendo protocolos médicos para serem percorridos dentro das escolas, advindos de políticas públicas que integram ações de secretarias da saúde, educação e assistência social. Neste sentido, os professores têm sido aqueles aos quais se delega a tarefa de dar as primeiras impressões diagnósticas, isto é, aqueles que, no interior da população escolar, irão detectar os possíveis doentes, ou seja, as crianças que em sua rebeldia, agitação e falta de limites, indicam estar “com algum problema”, indicam estar “fora da normalidade”, mas pelas quais tais docentes têm autoridade educativa aniquilada, uma vez que a condução de condutas, pensada em termos orgânico-biológicos, não lhes pertence. Deste passo, programas especiais de avaliação e atendimento “psicopedagógico” têm constituído uma forte reivindicação no discurso escolar brasileiro (NOGUEIRA, 2015, p. 96-97).

Há estatísticas nos informando que o quanto antes os estudantes transtornados forem encaminhados, menor o risco que eles trazem para os outros e para si mesmos. Nesta lógica do risco e de uma virtual periculosidade, existem, ainda, pesquisas que mostram uma “propensão” de crianças e adolescentes com determinadas características comportamentais a virarem marginais, dependentes químicos, violentos. Através deste trabalho, alerto que não quero culpabilizar e responsabilizar somente o professor em todo este processo de medicalização, mas o objetivo é que deste lugar da docência, que é o lugar da minha formação como futura licenciada em Teatro, possamos fazer um questionamento de outra via, ou seja, refletirmos o que nos faz identificar nestes estudantes a nossa própria inquietude de não

conseguirmos lidar com estas “diferenças”. No meu caminho de professora em formação, questiono-me como realizar esta condução com o outro, como se dá esta relação com os estudantes na escola contemporânea. E é nesse estranhamento e nesta detecção de que, em geral, a escola não está preparada a aceitar o outro como um ser diferente e singular, que procuramos alternativas para fazer desse outro um sujeito com quem consigamos ter uma relação possível, para conseguirmos trabalhar com a potencialidade do Teatro em um processo de aprendizagem mútua, realizando verdadeiramente o nosso trabalho.

A medicalização está presente no processo de escolarização porque a escola é uma instituição normativa e, na sua origem moderna, normalizadora⁶. Precisamos refletir o contexto histórico de constituição da escola moderna, em especial na realidade brasileira, que insere-nos nesta forma de educar. Falo sobre a escola, enfim, na qual os estudantes são tratados e avaliados numa perspectiva de homogeneização. Neste modo de funcionamento escolar, a qualidade do trabalho, o modo como o conteúdo é transmitido e adquirido e, em geral, as singularidades dos sujeitos/estudantes e mesmo dos professores não são levadas em conta.

Neste processo de ensino-aprendizagem, através da rebeldia ou apatia, ou seja, através de seus comportamentos “indesejados”, alguns estudantes acabam por manifestar a denúncia deste tempo desenfreado, a denúncia de seu abandono e desta perspectiva normalizadora. Eis então que, sem muitas possibilidades de acolher a singularidade, os rótulos de sujeitos transtornados começam a surgir dentro das salas de aula e o processo de medicalização inicia, conseguindo, especialmente por meio da ação dos psicofármacos nos estudantes, “acalmar” estes conflitos.

Em síntese, podemos dizer que este processo é algo muito complexo, pois estamos querendo resolver o imediato, o aqui e agora, sem pensar que isso nos mostra que alguma coisa está acontecendo na escola, enfim, na sociedade e não apenas no funcionamento neurológico/orgânico dos estudantes. O medicamento trata o “sintoma” e não a causa. São vários os medicamentos que estão tomando conta das salas de aula, tais

⁶ A respeito da escola moderna como uma instituição a serviço da normalização dos corpos, amparo-me nas reflexões sobre o nascimento do poder disciplinar na Modernidade feitas por Foucault (2001).

como Ritalina, Concerta, Rivotril, Risperidona, Carbamazepina entre outros⁷. E como é um processo avassalador de medicação dos corpos, não sabemos ainda quais consequências esta medicação trará para nossos estudantes a longo tempo.

Poderíamos dizer que a escola não está dando conta de ensinar e se relacionar com os estudantes. Não há tempo para o professor e a instituição escolar poder trabalhar com as singularidades. Considero que nossos estudantes não estão ficando doentes. São novos sujeitos com novos estímulos. De fato, considero ainda, que a sociedade deve se interrogar sobre esta ultra estimulação tecnológica da infância. Afirmo isso, devido ao avanço tecnológico que tem constituído uma geração cada vez mais focada em redes sociais, sites, aplicativos, dentre outras ferramentas, sejam elas acessadas em celulares, *tablets*, *notebooks*, computadores. Ao mesmo tempo em que a internet é uma ferramenta para ampliar conhecimentos, fazer com que a informação chegue mais rápido, traga curiosidade e estímulos de questionamentos, pode ser uma ferramenta de dispersão e ansiedade. Com tudo isso, parece estar ocorrendo uma negligência na tarefa de atenção e orientação firme e amorosa que devemos aos mais jovens.

Para compreendermos este contexto, faz-se necessário também refletirmos o porquê vamos à escola? O que é esse ensinar e aprender? Recuperarmos o sentido de educar em um momento em que a autoridade docente e a tradição escolar estão em crise. Hannah Arendt nos faz bem refletir que,

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos as nossas crianças o bastante para não expulsá-las do nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tão pouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum (ARENDR, 2000, p. 247).

7 Todas estas drogas têm aparecido com aumento abusivo de consumo em boletins de farmacologia publicados anualmente pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Segundo um levantamento realizado de 2005 a 2011 pelo Fórum de Medicalização da Educação e da Sociedade e publicado num Dossiê sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, há, por exemplo, uma tendência crescente em órgãos públicos de compra e dispensação de metilfenidato (o componente fármaco de medicamentos comercialmente conhecidos como Ritalina e Concerta). Só a título de exemplo, esta pesquisa mostrou que em cinco anos, a compra e distribuição gratuita de metilfenidato via rede pública cresceu em torno de 1284%! Isto sem falar no consumo em termos privados. Para maiores informações sobre isto, ver: <http://medicalizacao.org.br/nota-tecnica/>

É preciso não só amar a nossa profissão, como também amarmos e respeitarmos o outro, com suas singularidades. Estamos como professores, no lugar de quem está apresentando o mundo, educando não somente para cumprirmos nossos planos de aula, finalizando o ano com conteúdos dados, mas, sim, instigando estes estudantes a desenvolverem suas críticas e potencialidades, suas formas de pensar e se inserir neste mundo. Precisamos que nosso ato de educar seja dialógico, respeitando a construção do conhecimento e o desenvolvimento cognitivo e humano. Assim, problematizo: qual é a força e a contribuição da Arte e, notadamente do Teatro, para que a escola possa pautar-se numa relação educativa que assuma com mais alegria e responsabilidade seu dever educativo para com os mais jovens, recusando, assim, os discursos e práticas de medicalização da vida dos estudantes? É deste lugar de resistência, que a arte teatral pode assumir no espaço escolar que desenvolvo a reflexão a seguir, amparando-me no relato e na análise de uma experiência de docência em Arte na escola.

UTILIZANDO AS PRÁTICAS TEATRAIS PARA POTENCIALIZAR AS SINGULARIDADES: “TRANSTORNANDO” A ESCOLA MEDICALIZANTE ATRAVÉS DA ARTE

16

PRIMEIRO CENÁRIO

Dias de observação nas aulas de Arte no estágio curricular com o ensino fundamental nas turmas de 6º e 7º ano, em 2014. Escola pública no centro de Curitiba, conhecida por “aceitar” estudantes “rejeitados” e/ou “expulsos” em outras escolas por mau comportamento, vindos de qualquer lugar da cidade e região metropolitana. Dificuldades de comunicação. Algumas frases que chamaram atenção nesse momento dita pelos estudantes entre si e para o Professor: “Odeio vir pra escola”, “Professor eu quero desenhar, porque é aula de Artes”, “Queria ser estuprada”, “Professora, liga pro meu namorado confirmando que estou na aula?”, “Professor, me estupra?”, “Cadela, devolve minha caneta sua filha da puta”, “Eu vou te dar soco só na boca pra você aprender”, “Eu não quero copiar”. Muita conversa, nenhuma escuta.

Pois bem, durante o processo de formação de Curso, temos a disciplina de Estágio Curricular obrigatório, momento este no qual é possível experimentar na prática o que é ser professor. Ele é dividido em dois momentos, primeiro no ensino médio e depois

no ensino fundamental. Para esta pesquisa, utilizo o estágio que realizamos no ensino fundamental com o tema “O uso do Teatro para a desinibição do corpo”, com nosso principal objetivo de ampliar a integração individual e coletiva, por meio da pedagogia teatral, visto o modo de comportamento e a dificuldade de relacionamento com os estudantes. As etapas do estágio para cada momento são: a caracterização da escola, observação das turmas e regência, totalizando 45 horas/aula, ao decorrer de quatro meses.

Nesta etapa acadêmica é possível perceber quais os pontos a serem melhorados para que quando formados, estejamos preparados para exercer a profissão. Pude perceber que não existe uma fórmula que ensine a lecionar, que ensine a ser Professor e, sim, que aprendemos através da prática, da experiência, do estudo, da pesquisa e do nosso amor pela profissão. Nas palavras de Paulo Freire, a “educação é um ato de amor”, e concordo com o pensamento de que “não há diálogo [...] se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Não é possível a pronúncia do mundo, que é um ato de criação e recriação, se não há amor que o funda [...]. Sendo fundamento do diálogo, o amor é, também, diálogo” (FREIRE, 1987, p. 79-80).

A experiência inicial com o ensino fundamental foi difícil e dolorosa. Meu colega de estágio era professor temporário da escola em questão e a escolhemos para realizar o estágio. Nos primeiros dias, teve o depoimento dos demais professores que disseram para ele “ir com os dois pés no peito”, porque os estudantes não eram fáceis de lidar e que só faziam as atividades através do grito. Contudo, acreditávamos que teriam outras formas de trabalhar sem precisar gritar.

Após observarmos as necessidades dos estudantes em sala de aula, verificamos alguns aspectos que, muitas vezes prejudicaram o bom andamento das aulas, tais como: espaço físico não adequado, falta de interesse na aula e timidez dos estudantes, processos discriminatórios e falta de respeito entre os estudantes que interagem com violência verbal e corporal, dificultando o relacionamento entre eles mesmos e entre professor e estudantes. Na fase de observação, os estudantes estavam confeccionando máscaras inspiradas nas personagens da *Commedia Dell’Art* e a ideia inicial era trabalharmos com processos cênicos associados à *Commedia Dell’Art*, com jogos teatrais e dramáticos de Augusto Boal e Viola Spolin, para que, através da prática teatral, pudesse existir uma mudança relacional.

Os jogos teatrais podem trazer frescor e vitalidade para a sala de aula. As oficinas e jogos teatrais não são designadas como passatempos do currículo, mas sim como complementos de aprendizagem escolar, ampliando a consciência de problemas e ideias fundamentais para o desenvolvimento intelectual dos alunos. [] As oficinas e jogos teatrais são úteis ao desenvolver a habilidade dos alunos em comunicar-se por meio do discurso e da escrita, e de formas não verbais. São fontes de energia que ajudam os alunos a aprimorar habilidades de concentração, resolução de problemas e interação em grupo. (SPOLIN, 2007, p.29)

Com as palavras de Spolin, percebemos que os jogos teatrais têm um papel importante no aprendizado, desenvolvendo a cognição corporal, mental e social, pois precisávamos trazer este frescor e interesse para a sala de aula. Nesta mesma linha de pensamento, Boal também nos revela que

[...] os Jogos, porque reúnem duas características essenciais da vida em sociedade: possuem regras, como a sociedade possui leis, que são necessárias para que se realizem, mas necessitam de liberdade criativa para que o Jogo, ou a vida, não se transforme em servil obediência. Sem regras não há Jogo, sem liberdade não há vida. [...] os Jogos ajudam à desmecanização do corpo e da mente alienados às tarefas repetitivas do dia-a-dia, especialmente às do trabalho e às condições econômicas, ambientais e sociais de quem os pratica. (BOAL, 2008, p. 16).

Através de jogos teatrais, os estudantes se relacionaram em grupos e efetuaram tarefas desafiadoras. O objetivo era que os estudantes tivessem conhecimento do seu corpo, de si mesmos, de suas limitações e de suas possibilidades, que conseguissem se expressar corporalmente, contribuindo no processo de socialização, pois percebemos que deveríamos valorizar cada estudante nas suas subjetividades, nas suas singularidades. Cada indivíduo é único e o teatro tem esse potencial de fazer com que cada um reflita sobre si e suas potencialidades.

Começamos nossa regência. Decidimos iniciar com a teoria e depois realizar a prática, para melhor aprendizado. Preparamos a aula teórica com slides e vídeos para que os estudantes entendessem o porquê estavam confeccionando as máscaras e sobre a *Commedia Dell'Art*. Ao tentar reger esta aula, como o método tradicional escolar, os estudantes estavam todos sentados em suas cadeiras atrás de suas carteiras em fileiras e eu, como professora, estava à frente. Foi um verdadeiro fracasso, porque eles não se interessavam no que eu tentava ensinar e conversavam paralelamente sobre outros assuntos. Eu chamava atenção deles para mim e nada. Eis que, então, quando a voz deles sobressaiu-se à minha, eu gritei e eles silenciaram, olharam assustados para mim,

ficaram atentos nos próximos minutos mas, mesmo assim, aos poucos, voltou o ruído e a desconexão dialógica na aula. Senti-me péssima. Ao final da aula, chorei, culpando-me por ter realizado aquela atitude do grito, a qual eu julgava e mesmo depois de ter feito, não consegui avanço na maneira de nos relacionarmos.

Decidimos deixar de lado naquele momento o conteúdo teórico que não chamava atenção e fazer com que o interesse pela aula fosse através de atividades mais práticas. Para realizarmos os jogos, afastamos mesas e carteiras antes que os estudantes entrassem na sala e, mesmo assim, não quiseram. Ficaram sentados nas carteiras sem querer participar. Novamente não seguimos o plano de aula, resolvi sentar em roda no chão e comecei a me apresentar melhor e a perguntar a cada um sobre quem eram, o que faziam e o que gostavam. Começamos a nos relacionar melhor. Fizemos um acordo que nas aulas não poderiam ser usadas palavras que ofendessem uns aos outros, sem violência física e que eu só falaria se todos estivessem escutando, permitindo que cada um tivesse o seu direito também de falar.

Nesta forma, descobrimos o que realmente afligia aqueles sujeitos. Dentre tantos casos, ressalto a história de Mafalda (a quem quero chamar carinhosamente uma estudante do sétimo ano). Esta estudante foi laudada e tomava medicamentos para controlar seu TOD (Transtorno Opositor Desafiante) e depressão, por ser a mais velha da turma, não conseguia se relacionar com os demais e, quando não faltava, mantinha-se fora da sala de aula. Também destaco o Menino Maluquinho, que não era laudado, mas os professores comentavam nos intervalos sobre sua inquietude, sobre sua dificuldade em prestar atenção para que entendesse os conteúdos e deixasse os outros colegas trabalharem e sobre, finalmente, a necessidade de diagnóstico no 6º ano. Assim, alguns professores solicitavam à coordenação pedagógica que falasse com seus pais para que o encaminhassem ao médico. Comentavam que a intenção era de que se ele tomasse algum remédio para ficar mais quieto, sem “incomodar” os colegas e a eles mesmos.

Através de tantas dificuldades de comunicação e relacionamentos com ambas as turmas, começamos a trabalhar com jogos teatrais de Spolin. E, pouco a pouco, íamos conquistando aqueles que sempre ficavam de fora por vergonha ou medo da reação dos demais colegas. Começamos a perceber que conquistávamos o afeto daqueles estudantes

e eles, paulatinamente, também iam se entregando a nós. Ao percebermos as dificuldades de integração e a necessidade de uma reflexão social, começamos a trabalhar com técnicas do Teatro do Oprimido de Augusto Boal que, “[...] em todas as suas formas, busca sempre a transformação da sociedade no sentido da libertação dos oprimidos. É ação em si mesmo, e é preparação para ações futuras” (BOAL, 2008, p.17).

Boal, através de sua história vivenciada no Brasil e fora do país, teve a intenção de estimular o senso crítico das pessoas e fazer com que elas refletissem politicamente, bem como soubessem se manifestar e contribuir para o crescimento da sociedade, tendo um papel ativo de cidadão. O Teatro do Oprimido explora técnicas práticas para que as pessoas possam pensar e refletir sobre o seu papel na sociedade, através de jogos coordenados e da participação dos espectadores, que opinam sobre a cena e participam ativamente. Nestes jogos, são abordados temas sociais que mexem com a questão psicológica de quem joga e de quem assiste. É importante que se tenha um controle sobre a cena, porque podem surgir conflitos que talvez não possam ser controlados e fugir da proposta. E, como professora, assumi este papel.

Escolhemos a técnica do Teatro Fórum, “[...] talvez a forma do Teatro do Oprimido mais democrática e, certamente, mais conhecida e praticada em todo mundo” (BOAL, 2011, p.19), porque este jogo teatral possibilita que todos os estudantes participem ao mesmo tempo sem restrição. Boal afirma que o espectador não deve ser passivo e, por isso, os classifica como espect-atores. O Teatro Fórum acontece, resumidamente, assim: cria-se uma cena que deve conter o conflito que se deseja resolver, a opressão que se deseja combater. Apresenta-se a cena uma vez sem ser interrompida; Pergunta-se, em seguida, se os espect-atores estão de acordo com as soluções propostas pelo protagonista. Na segunda vez, o espect-ator, pode gritar “para” e, a qualquer momento, substituir o protagonista/oprimido; o ator que é substituído passa a funcionar como um ego auxiliar, que ajuda o espect-ator a não propor soluções mágicas para cena e a respeitar a lógica da personagem. Esta regra se mantém pelo menos nos primeiros momentos do teatro fórum, que pode ser repetido inúmeras vezes. Na medida em que o Teatro Fórum avança, os espect-atores podem substituir todos os atores em cena, mostrando novas formas de opressão e buscando novas formas de combate a estas. (BOAL, 2008).

Para os temas dos jogos, trouxemos assuntos do cotidiano dos estudantes, tais como: escola, família, violência, preconceito racial, homofobia, roubo, drogas, entre outros, para que elas, através da prática teatral, pudessem refletir e questionar sobre estes assuntos. Na primeira cena, a criação era livre e os demais, ao assistirem, mudavam a cena na segunda vez para que o final fosse o mundo “ideal” onde todos acabavam felizes. Inclusive, acabávamos percebendo que os estudantes, ao combinar algumas dramatizações, levavam para a cena relatos pessoais vividos, desta maneira, a atividade proporcionava a reflexão de todos sobre como o oprimido se sentia, dialogavam ali e cultivavam o sentimento de empatia. Algumas vezes, ao perceberem a vergonha de estarem em cena, eles usavam as máscaras que haviam confeccionado e, gradativamente, elas eram descartadas pelos mesmos que passavam a se sentirem livres para poderem atuar.

SEGUNDO CENÁRIO

Dias finais de regência. Os estudantes chegavam no horário e, até mesmo por almoçarem na escola, já estavam organizando a sala sem carteiras para que a aula acontecesse e eles pudessem aproveitar ao máximo. Comentários dos demais professores nos intervalos sobre como as turmas haviam mudado de comportamento, que estavam mais “tolerantes” uns com os outros. Mafalda não faltava mais às aulas de Arte e, no último dia, veio conversar conosco onde teria uma escola de teatro que ela poderia continuar, porque amou poder se expressar e fazer os colegas rirem. Menino Maluquinho entendeu que a aula de Arte não é apenas copiar ou desenhar, passou a respeitar seus colegas e não foi encaminhado ao médico para que pudesse ter uma mudança de comportamento, de modo que passou a nos ajudar a colocar a sala “em ordem”, pedindo silêncio para que pudéssemos falar. Aliás, eles mesmos chamavam atenção uns dos outros quando soltavam um palavrão ou conversavam paralelamente. Queriam jogar o mesmo jogo da aula anterior e ao descobrir um novo jogo, também queriam jogá-lo novamente.

E o objetivo aos poucos, foi conquistado. Além de conseguirmos nos relacionar com respeito e empatia, os estudantes puderam vivenciar a arte teatral, aprendendo a improvisação, a gesticulação, a perder a vergonha do corpo ao se apresentar em público e como utilizar a voz em cena. Puderam, sobretudo, com suas mudanças de comportamento,

transtornar a escola. Ou seja, mostrar a ela suas potencialidades, que cada um é de um jeito, com sua singularidade, seu tempo, sua maneira de agir e a derrubar os rótulos de transtornos. Também quero deixar claro que não é nem foi uma tarefa fácil. Não termina tudo perfeito como nos contos de fadas, exige de nós paciência e renovação todos os dias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos realmente vivendo a “Era dos transtornos”. Diante de uma situação em que não há escuta, não há acolhimento, corpos gritam liberdade, nossas crianças e adolescentes “incomodam os adultos”, principalmente nós, professores, a escola, os pais. E o que se torna ainda mais grave é que a solução posta, não é escutar e respeitar cada sujeito em sua unicidade, entendendo suas subjetividades, mas, sim, medicalizar. Ouso dizer, ainda, que tem havido uma opção pela dopagem das pessoas e, como consequência disto, temos perdido o direito de criar, transcender, mostrar emoções e anseios. Medicalizar os sujeitos tem trazido uma “zona de conforto” perigosa. Tem significado, especialmente na escola, uma alternativa de silenciar o imediato, não levar dores de cabeça para casa, não precisar chorar, refletir, se colocar no lugar do outro.

22

Através desta pesquisa, da minha primeira experiência como docente, foi possível perceber que realmente educar é um ato de amor, no seu sentido mais político. A não adequação destes estudantes é um grito, ela não é uma causa das relações, mas uma consequência de como esta relação estava sendo dada.

Qual o antídoto para tudo isso? Estes estudantes demandavam apenas de respeito, afeto, atenção, acolhimento e, sobretudo, um interesse e domínio autêntico da parte do professor por aquilo que está ensinando. Reforço, ainda, que a sala de aula não é um mundo encantando, onde tudo pode ser perfeito. Afirmando que a autoridade do professor deve ser mantida, mas esta autoridade não deve ser autoritarismo. Diferente do pensamento da forma de se relacionar que havia sendo realizada com as turmas, preferimos olhar para nós mesmos, nos mudando, nos transformando.

Foi possível como recurso através da pedagogia teatral de Boal e Spolin, da nossa paixão pelo Teatro e sua potencialidade, bem como do nosso afeto com aqueles estudantes, conseguirmos nos relacionar, termos confiança em um diálogo franco e aberto para deixar que o novo pudesse emergir.

[...] a educação constitui o palco no qual podemos tornar nossa ação significativa. É por meio dela que decidimos se devemos ou não amar nossos educandos a ponto de não segregá-los de nosso mundo, deixando-os à mercê da própria sorte. Não obstante, é por meio da educação que podemos pensar a constituição de um sujeito autônomo, capaz de empreender coisas novas, na difícil tarefa de transformação do mundo. (CALLEGARO, 2009, p. 100).

E é isso que precisamos, como sociedade, refletir. Foi realmente possível conquistar nosso objetivo de evitarmos o encaminhamento médico e mostrar que precisamos de uma outra abordagem relacional para trabalharmos com nossos estudantes, algo que a arte teatral – em sua dimensão educativa e em possibilidade de abordagem no espaço escolar – tem de contribuição singular.

REFERÊNCIAS

- ARENDRT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- _____. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- CALLEGARO, Ronaldo. **Reflexões sobre a Educação no Pensamento de Hannah Arendt**. Filogênese, Marília - SP, Vol. 2, nº 2, p. 88-100, 2009. Disponível em: [http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/Ronaldo_Callegaro\(88-100\).pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/Ronaldo_Callegaro(88-100).pdf) Acessado em 15/11/2015.
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso sobre seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- FÓRUM SOBRE MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA SOCIEDADE. **Manifesto de Lançamento do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade**. São Paulo, nov., 2010.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LYOTARD, Jean François. **A condição Pós-Moderna**. Rio de Janeiro RJ: Editora José Olympio, 2000.

MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso; COLLARES, Cecília Azevedo Lima. Medicalização: obscurantismo reinventado. In: COLLARES, Cecília; MOYSÉS, Maria Aparecida; RIBEIRO Mônica Cintrão França (Orgs.). **Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos**. 1.ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013, p. 41-64.

NOGUEIRA, Juslaine de Fátima Abreu. **Discursos de psiquiatrização na educação e o governo dos infames da escola**: entre cifras de resiliência e acordes de resistência. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Curitiba: UFPR, 2015.

REVEL, Judith. **Dicionário Foucault**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

SANTOS, Jair Ferreira dos. **O que é pós-moderno**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

SPOLIN, V. **Jogos Teatrais para a sala de aula: um manual para o professor**. (KOUDELA, I. D. Trad.) São Paulo: Perspectiva, 2007.